



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS

MARIA ELAINE SALES

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: PERSPECTIVAS DOCENTES NO FAZER PEDAGÓGICO**

CARAÚBAS - RN
2021

MARIA ELAINE SALES

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: PERSPECTIVAS DOCENTES NO FAZER PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Licenciada em
Letras/Libras.

Orientador: Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-
Sousa

CARAÚBAS - RN
2021

©Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996, e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata, exceto as pesquisas que estejam vinculadas ao processo de patenteamento. Esta investigação será base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) seja devidamente citado e mencionado os seus créditos bibliográficos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central Orlando Teixeira (BCOT)
Setor de Informação e Referência (SIR)

S163a SALES, MARIA ELAINE.

Acessibilidade e inclusão de alunos surdos na educação infantil: perspectivas docentes no fazer pedagógico / MARIA ELAINE SALES. - 2021.

47 f. : il.

Orientador: FRANCISCO EBSON GOMES-SOUSA.

Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Curso de Letras/Libras, 2021.

1. Inclusão de surdos. 2. Acessibilidade. 3. Educação infantil. 4. Libras. I. GOMES-SOUSA, FRANCISCO EBSON, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

MARIA ELAINE SALES

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: PERSPECTIVAS DOCENTES NO FAZER PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Licenciada em
Letras/Libras.

Defendida em: 01/11/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Francisco Ebson Gomes-Sousa (UFERSA)
Presidente

Profa. Esp. Bianca Sonale Fonseca da Silva (UEPB)
Membro Examinador

Prof. Esp. Mauro Silvano Medeiros Pereira (SME - Umarizal)
Membro Examinador

Dedico este trabalho à Francisca Iracilda Sales (In Memoriam), a melhor mãe do mundo. Mulher honesta, batalhadora, forte, carinhosa, sábia, guerreira com um coração humilde e cheio de amor e bondade. Aquela que enquanto viveu deu seu melhor para nos dar o melhor e foi uma verdadeira luz na vida de todos que, assim como eu, tiveram o privilégio de conhecer e conviver com ela. Agradeço a Deus pela oportunidade de ter sido nascida e criada pelo ser humano tão extraordinário como minha mãe foi. Mãe, obrigada por todos os ensinamentos, amor, conselhos e puxões de orelhas que a senhora me deu, pois foram eles que fizeram eu chegar até aqui. Essa vitória é nossa. Te amo para sempre!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força, coragem e determinação na busca da realização do meu sonho, me mostrando que quando confiamos nele tudo se torna possível.

Agradeço à toda minha família, e em especial aos meus pais Iracilda (*In memoriam*) e José Sales.

Aos meus irmãos Hélio, Égno, Elizama e Felipe, pelo amor, apoio, cuidado, carinho e incentivo durante toda minha caminhada. Agradeço a minha prima Sabrina por todos os conselhos, conversas incentivo e apoio para que eu não desistisse. Obrigada por tudo, vocês são muito importantes na minha vida. Amo muito todos vocês!

Agradeço ao meu namorado Wendel Lucas que tanto me apoiou e incentivou para que eu não desistisse, estando sempre ao meu lado. Obrigada pelo amor, carinho, cuidado e companheirismo.

Agradeço a todos os professores que passaram por essa trajetória de minha vida, mas em especial ao meu orientador Francisco Ebson Gomes Sousa, por ter acreditado em mim, pela dedicação e paciência na orientação deste trabalho. Obrigada pelos ensinamentos e conhecimentos compartilhados.

Por fim, agradeço aos meus amigos e pessoas queridas, que de uma forma (in) direta me deram apoio força para chegar até aqui.

“A inclusão e o diálogo podem ser aprendidos,
mas só as escolas que sabem incorporá-los na
prática são capazes de ensiná-los.”

Andrea Ramal

RESUMO

A educação infantil é a etapa de ensino em que as crianças tem os primeiros contatos com as características de sua língua materna de forma institucionalizada. O sujeito surdo, que tem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como primeira língua, enfrenta grande dificuldades nesse período, uma vez que, faltam políticas educacionais inclusivas para contribuir nesse processo. O contato inicial do surdo com a Libras se dá quase sempre na escola, de forma tardia e na maioria das vezes descontextualizada da realidade de língua e processo comunicativo que estes indivíduos tem. Essa insuficiência no ensino de Libras ocorre, sobretudo, em escolas públicas. Nesse sentido, esta pesquisa justificou-se pela necessidade de compreender a acessibilidade e inclusão de alunos surdos na rede pública de ensino, bem como, a metodologia, recursos e estratégias utilizadas pelos professores e intérpretes atuantes em sala de aula. Tivemos como objetivo analisar a acessibilidade e inclusão de alunos surdos na educação infantil em um CMEI da cidade de Caraúbas, no estado do Rio Grande do Norte, levando em consideração o processo de inclusão, a perspectiva dos professores e as estratégias de ensino empregadas. Logo, com uma análise de natureza qualitativa do tipo exploratória (GIL, 2002) e apoiados nas ideias de Vitorino e Souza (2020), De Vitta, Vitta e Monteiro (2010), Santos e Miguel (2019) e nas leis e decretos que visam garantir o acesso à educação inclusiva (BRASIL, 2000, 2002, 2015), realizamos a aplicação de questionários com a direção e duas professoras da escola. Dessa forma, os dados mostraram que na instituição, onde tem uma aluna surda, de modo geral, não apresenta uma inclusão significativa. Nessa lógica, o que se tem, na verdade, são tentativas de incluir uma criança surda em uma sala de aula regular através do auxílio de uma tradutora/intérprete de Libras e de cursos básicos de Libras das professoras. Portanto, acreditamos que estudos nessa perspectiva podem servir como base para que a inclusão e a acessibilidade venham a ser pensadas. Além disso, essas pesquisas podem ser aprofundadas e também aplicadas em outros contextos e podem ainda servir como um ponto de partida para dar continuidade aos estudos sobre a necessidade da inclusão e acessibilidade da língua de sinais no ensino infantil com professores bilíngues, buscando melhorar as estratégias e metodologias que auxiliem a prática pedagógica.

Palavras-chave: Inclusão de surdos; Acessibilidade; Educação infantil; Libras.

RESUMO EM LIBRAS



Escaneie com o celular ou clique no código

ABSTRACT

Early childhood education is the period of time in which children have their first contact with their mother tongue characteristics in an institutionalized way. Deaf people, who have the Brazilian Sign Language – LIBRAS as first language, face great difficulties during this period, since there is a lack of inclusive educational policies to contribute to this process. The deaf person's initial contact with Libras is almost always at school, late and most often out of context from the reality of language and communication process that these individuals have. This insufficiency in teaching Libras occurs, above all, in public schools. In this sense, this research was justified by the need to understand the accessibility and inclusion of deaf students in the public education system, as well as the methodology, resources and strategies used by teachers and interpreters working in the classroom. We aimed to analyze the accessibility and inclusion of deaf students in early childhood education in a kindergarten classroom located in the city of Caraúbas, in the state of Rio Grande do Norte, taking into account the inclusion process, the perspective of teachers and the teaching strategies employed by them. Then, with a qualitative exploratory analysis (GIL, 2002) and supported by the ideas of Vitorino and Souza (2020), De Vitta, Vitta and Monteiro (2010), Santos and Miguel (2019) and the laws and decrees that aim to guarantee access to inclusive education (BRASIL, 2000, 2002, 2015), we carried out questionnaires with the principal and two teachers at the school. Thus, the data showed that in the institution, where there is a deaf student, in general, there is no significant inclusion. In this logic, what the institution has are attempts to include a deaf child in a regular classroom through the help of a Libras translator/interpreter and the teachers' basic Libras courses. Therefore, we believe that studies in this perspective can serve as a basis for inclusion and accessibility to be considered. In addition, these researches can be deepened and also applied in other contexts and can also serve as a starting point to continue studies on the need for inclusion and accessibility of sign language in early childhood education with bilingual teachers, seeking to improve strategies and methodologies that support teaching practice.

Keywords: Deaf inclusion; Accessibility; Early childhood education; Libras.

LISTA DE SIGLAS

EI	Educação Infantil
FIP	Faculdade Integrada de Patos
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Acessibilidade e inclusão na educação infantil	13
2.2 Educação infantil para surdos.....	16
2.3 O papel do intérprete de Libras	17
2.4 Práticas pedagógicas docentes para surdos	18
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 Universo e sujeitos da pesquisa	21
3.2 Tipo de pesquisa, coleta de dados e procedimentos metodológicos	21
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	20
4.1 As compreensões da gestão da escola sobre o processo de acessibilidade e inclusão de alunos surdos na EI.....	20
4.2 Perspectivas das professoras da EI acerca da acessibilidade e inclusão de alunos surdos.	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6 REFERÊNCIAS	31
APÊNDICES	33
ANEXOS	36

1 INTRODUÇÃO

Aprender uma língua é um processo que ocorre de forma natural desde os primeiros momentos de vida de um ser humano. Para os ouvintes, o contato com sua língua materna é realizado ao nascer, desde muito cedo. Por outro lado, para o sujeito surdo esse processo é bem mais lento, quando não se tem estímulos para além do som. Isso ocorre porque a Língua de Sinais é, em grande maioria das vezes, desconhecida pelos pais, familiares e pessoas próximas ao surdo e a difusão desse ensino ainda é muito escassa. Até mesmo na escola, onde os surdos são inseridos para socializar e aprender, a inclusão da sua primeira língua é, quase sempre, ineficiente e limitada.

No Brasil, a língua oficial da comunidade surda e segunda língua oficial dos brasileiros é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (BRASIL, 2002). Apesar de grandes conquistas, avanços e vitórias da comunidade surda, o espaço ocupado pela Libras ainda pode ser considerado pequeno, pois a grande maioria das pessoas, mesmo já sabendo da sua existência, poucos são os indivíduos que realmente conhecem, estudam a língua e fazem uso desta em seu dia-a-dia.

Sendo assim, o contato inicial do surdo com a Libras se dá quase sempre na escola, de forma tardia e na maioria das vezes descontextualizada da realidade de língua e processo comunicativo que estes indivíduos tem. A falta de conhecimento sobre a Língua de Sinais pelos professores e demais profissionais que fazem o corpo escolar dificulta a inclusão do aluno surdo nos espaços educacionais e em outros ambientes, fazendo com que o sujeito surdo seja sempre dependente de alguém que o “ajude” e, por diversas vezes, pode até mesmo ser considerado inferior por conta de sua deficiência e ter sua participação restrita em diversos ambientes.

Essa insuficiência no ensino de Libras ocorre, sobretudo, em escolas públicas. A cidade de Caraúbas, no estado do Rio Grande do Norte, apesar de estar um passo à frente em relação a isso, tendo em vista a existência do curso de Licenciatura em Letras Libras na UFERSA, contudo, nas escolas de nível infantil, fundamental e médio o acesso à Língua de Sinais não é uma realidade em plenitude.

A partir de uma experiência de estágio em uma escola onde havia a presença de uma aluna surda e uma tradutora intérprete de Libras, surgiu a curiosidade de compreender como esse processo ocorre e como podemos refletir para com este processo de ensino e consequentemente de inclusão dos alunos surdos.

Dessa maneira, dada a importância da inclusão da Libras nas esferas educacionais, a presente pesquisa justificou-se pela necessidade de compreender a acessibilidade e inclusão de

alunos surdos na cidade acima citada, bem como, a metodologia, recursos e estratégias utilizadas pelos professores e intérpretes atuantes em sala de aula.

Nesse sentido, investigar como a língua de sinais é trabalhada nas escolas é um fator relevante. Além disso, conhecer o espaço, as metodologias e materiais didáticos que se utiliza pode ser o pontapé inicial para que mudanças possam ser feitas para aprimorar o processo de inclusão e a qualidade do ensino.

Desse modo, tivemos como objetivo geral dessa pesquisa analisar a acessibilidade e inclusão de alunos surdos na educação infantil em um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI da cidade de Caraúbas, no estado do Rio Grande do Norte, levando em consideração o processo de inclusão, a perspectiva dos professores e as estratégias de ensino empregadas.

Com a finalidade de alcançar o objetivo delineado, tivemos como objetivos específicos, perceber como acontece o processo de inclusão de alunos surdos na educação infantil, conhecer a perspectiva de professores que trabalham com alunos surdos na educação infantil e analisar as estratégias de ensino empregadas por professores de alunos surdos na educação infantil.

Estudos nessa perspectiva podem incentivar o contato do ouvinte com a língua de sinais, considerando que a maior dificuldade da comunicação entre ouvintes e surdos ocorre pelo fato da Libras não ser conhecida pelos dois grupos. Sendo assim, uma vez que a Língua de Sinais seja conhecida por toda a sociedade, em todos os ambientes, não haverá barreiras de comunicação para os surdos e só assim será possível considerar que vivemos em uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Portanto, acreditamos que os resultados aqui encontrados nesta pesquisa poderão refletir positivamente em melhores práticas de ensino para surdos na educação infantil, em que nós como professoras de Libras, acreditamos que ainda estamos aquém e conhecer esta realidade nos ajudará a conceber novas práticas e estratégias de ensino.

Logo, com a finalidade de apresentar e analisar os dados para efetivar o objetivo traçado, essa pesquisa divide-se em: Introdução, a qual acabamos de mostrar; referencial teórico, em que mostraremos os pressupostos que fundamentam a nossa pesquisa; metodologia da pesquisa, em que apresentamos nossos procedimentos metodológicos, análise e discussão dos resultados, em que trataremos de verificar o processo de inclusão de alunos surdos na educação infantil, e, por fim, traremos as considerações finais do nosso trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico traz à tona algumas reflexões sobre acessibilidade, inclusão, práticas pedagógicas docentes e pedagogia surda, com ênfase na educação infantil e na Língua Brasileira de Sinais, a Libras. Logo, apresentaremos a seguir alguns diálogos necessários para a compreensão desses temas, bem como, questões que envolvem a educação para a comunidade surda na educação infantil.

2.1 Acessibilidade e inclusão na educação infantil

Primeiramente, antes de iniciarmos as discussões acerca da acessibilidade e inclusão, trataremos de comentar sobre a educação infantil. Nessa perspectiva, conforme Carneiro (2012), o surgimento das creches encontra-se ligado à história da mulher trabalhadora. Sendo assim, a escola era considerada como um ambiente substituidor do lar materno. Essa ideia permaneceu até o início do século XX e a educação infantil só passou a ser reconhecida como direito de todas as crianças no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996).

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) designa que

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996)

Além disso, a LDB traz em seu artigo 30 que a educação infantil deverá ser oferecida em “creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1996). Assim como a LDB, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) reforça e caracteriza a educação infantil como uma etapa em que as crianças desenvolvem a socialização, autonomia e a comunicação, aprendem a conviver, brincar, participar, explorar, expressar e ampliar as relações interpessoais, além de ser o momento ideal para que as escolas iniciem diálogos acerca das pluralidades por meio de diálogos com a comunidade. Com isso, percebemos que a educação infantil se encontra pautada em leis e que o oferecimento desta de forma gratuita e de qualidade é de responsabilidade do estado.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, a educação para pessoas com deficiência é “considerada pela Constituição brasileira, como parte inseparável do direito à educação” (BRASIL, 1998, p. 36). Dessa forma, uma educação que visa a criação de uma sociedade democrática deve propiciar o convívio com a diversidade. O documento também ressalta que a relação das crianças que apresentam alguma deficiência com as demais crianças é considerada benéfica, uma vez que, possibilita “uma inserção de fato no universo social e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade”. (BRASIL, 1998, p. 35).

No tocante à Língua de Sinais, de acordo com Domingos (2014) fornecer ao surdo os meios necessários para o desenvolvimento da linguagem conforme as possibilidades de sua condição é tão importante quanto a própria linguagem. Nessa perspectiva, falar a respeito da educação infantil demanda também debater acerca do processo de inclusão de alunos surdos nesse panorama. Sendo assim, a educação inclusiva, um “movimento relativamente novo” (CARNEIRO, 2012, p. 82) é um tema que merece ser destaque em pesquisas, visto que há ainda uma grande necessidade de tornar os espaços escolares cada vez mais igual para todos.

Nessa lógica, a Lei nº10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, assim como declara que sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão da Libras nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério (BRASIL, 2002).

Além disso, o decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005) declara em seu capítulo II que a Libras deve ser uma disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e optativa nos demais cursos. Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, regulamenta nos incisos XI e XII, a necessidade de uma

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; (BRASIL, 2015, n. p.)

Em seu inciso IV, essa lei orienta a oferta de educação bilíngue de Libras como primeira língua para alunos surdos, bem como, o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita. Além dessas leis, muitos outros decretos foram criados visando melhorar a

qualidade da acessibilidade e da inclusão, não somente no que se refere à comunidade surda, como também para todo e qualquer indivíduo que possui algum tipo de deficiência. Dentre esses decretos, destaca-se também o decreto nº 6571/08 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e o decreto nº 5.296/04 que regulamenta as leis nº 10.048 e a nº 10.098 acentuando a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2008, 2004, 2000a, 2000b).

Todavia, principalmente no que tange à inclusão da Língua de Sinais no ensino infantil, as propostas ainda são um pouco escassas. Apesar das leis já assegurarem, na prática isso ainda não funciona de forma perfeita e tem muito o que melhorar. De acordo com Vitorino e Souza (2020, p. 12) “a proposta da inclusão tem como meta atender a todas as pessoas com deficiência na perspectiva de oferecer condições didáticas e pedagógicas aos professores, além de obter progresso na qualidade do ensino dado aos alunos na escola”. Nesse sentido, não é somente inserir o aluno surdo em uma sala de aula regular de ensino, mas é necessário fornecer tudo o que for necessário para que ocorra uma aprendizagem significativa.

Mota *et al.* (2019) também salientam que a educação de surdos ainda é algo novo no cotidiano escolar. Muitos são os debates e inquietações acerca de como a alfabetização dos alunos surdos em sua língua materna, ou seja, a Libras. Grande parte dos alunos “[...]são integrados à escola, porém não incluídos” (MOTA *et al.*, 2019, p. 80). Isso significa que mesmo com conquistas consideráveis, um fato que torna o processo de acessibilidade e inclusão acontecer de forma ainda mais lenta é que a comunidade escolar em geral ainda não possui os conhecimentos, metodologias e materiais didáticos necessários para o ensino da língua de sinais, dificultando a comunicação e a troca de entre surdos e ouvintes. Dessa forma,

Ao pensar em uma educação inclusiva, não basta tão somente inserir o aluno surdo em uma turma regular de ensino, sem antes fornecer para este as devidas condições que deverão de forma significativa, dar suporte e promover de maneira que o mesmo não seja somente uma figura no processo inclusivo educacional, (MOTA *et al.*, 2019, p. 82)

Ligado a esse pensamento, Lacerda (2006) ressalta que esse processo de inclusão ainda é pouco satisfatório, pois até mesmo a presença de tradutores/intérpretes em salas de aula não é tão comum, principalmente quando falamos da educação infantil. Sendo assim, as políticas públicas precisam passar por um processo de aprimoramento no que se trata da Libras. Os professores e alunos ouvintes só estarão preparados para oferecer um suporte para que haja, de fato, a inclusão e não apenas a integração do aluno surdo nas salas de aulas quando existir a oferta de Libras para todos, que o ambiente escolar abrace a diversidade com respeito a fim de acolher a todos de forma igual, contribuindo com um ambiente de democracia e justiça.

2.2 Educação infantil para surdos

A educação de surdos ainda ocorre em um processo lento e se tratando de crianças, a realidade é ainda mais difícil. Como vimos no tópico anterior, mesmo com políticas já voltadas para o ensino-aprendizagem da língua de sinais, poucos são os ambientes que possuem esse tipo de atendimento e inclusão da Libras em seu currículo. De acordo com Mota *et al.* (2019), a Libras para os surdos é a sua primeira língua. Com o ensino dessa língua, são construídos os aspectos da identidade dos surdos, facilitando a sua comunicação. À vista disso, ter contato com a Libras desde a infância é muito importante para a criança surda, uma vez que, contribui para o seu desenvolvimento social, intelectual, cognitivo, bem como, sua construção da linguagem e comunicação.

Segundo Martins, Albres e Souza (2015), há uma baixa quantidade de alunos surdos na educação infantil e apesar das escolas se denominarem inclusivas faltam políticas educacionais bilíngues atrativas para a comunidade surda. Além disso, os autores defendem a proposta de uma educação inclusiva bilíngue, enfatizam que mesmo que alguns espaços socioculturais como a casa e a família sejam responsáveis pela construção de saberes, para as crianças surdas, diante da novidade da língua de sinais, a escola onde há falantes dessa língua constitui-se como o principal ambiente de aquisição da linguagem e de interação social.

Pois “os sujeitos se constituem na linguagem e por ela e constroem a linguagem e a identidade nas relações com os outros” (MARTINS; ALBRES; SOUSA, 2015, p. 108). Dessa maneira, é na prática social e contato com os pares que a comunicação e a identidade de cada indivíduo se constroem, significa-se e ressignifica-se.

Toda criança é, em seus anos iniciais na escola, alfabetizada em sua primeira língua e com o aluno surdo não deveria ser diferente. Sendo assim,

o ensino da língua de sinais no processo de Alfabetização da criança surda, na sua língua materna, é um processo de aprendizado da própria língua, envolvendo a escrita e a leitura na qual a criança vai se desenvolvendo, construindo seu próprio conhecimento e as consequências naturais do processo de alfabetização. (MOTA, 2019 *et al.* p. 78)

Dessa maneira, o contato da criança surda com a sua língua materna é essencial para o seu desenvolvimento, socialização, conhecer acerca da sua própria cultura, valorização da diversidade, assim como difusão da língua de sinais para a comunidade surda e também ouvinte. Ademais, em uma escola inclusiva bilíngue, o estudar e o brincar é uma boa proposta para a relação entre surdos e ouvintes, uma vez que, ocorrerá a construção dos sentidos e significação

do mundo através das diversas formas de linguagem. Tais metodologias só serão possíveis se a língua de sinais ocupar o seu espaço nos currículos das escolas. Veremos, adiante, discussões sobre as práticas pedagógicas docentes para surdos, bem como exemplos de como esse processo ocorre.

2.3 O papel do intérprete de Libras

A presença do tradutor intérprete de Libras é primordial quando se trata da inclusão de sujeitos surdos em qualquer ambiente. Conforme apontam Santos e Miguel (2019), “a escola é a responsável pela aquisição e desenvolvimento da língua própria dos surdos – Libras” (p. 151), nesse sentido, é possível perceber que, desde os anos iniciais, torna-se indispensável alguém que compreenda e seja capaz de utilizar a língua de sinais para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Dentre os desafios que as instituições de ensino enfrentam, sem dúvidas, a presença de falantes da Libras é uma das maiores. É nesse momento que é necessário a presença do intérprete em sala de aula. A lei nº 12.319 (BRASIL, 2010) que dispõe das regulamentações a respeito do profissional intérprete regulamenta em seu artigo 6º que é dever deste

I – Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice e versa; II – interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didático – pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino... De forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares. (BRASIL, 2010).

Nessa lógica, compreendemos que trabalho está ligado à interação comunicativa, tanto social como cultural através da língua de sinais nas atividades em sala de aula, contribuindo para a inserção dos surdos em sociedade. Ademais, é atribuição do intérprete, ao atuar em sala de aula considerar o contexto, fazer realmente a transposição da língua oral para a língua de sinais, colaborar na socialização do aluno surdo, bem como, fazer uma ponte entre todos os envolvidos no processo e não ser apenas um auxiliar do professor em atividades pontuais.

Dito de outra maneira, “o papel do Tradutor e Intérprete de Libras não deve ser visto apenas como eixo norteador, mas, como profissional imprescindível que transmite, traduz e interpreta a língua falada para a língua de sinais” (SANTOS; MIGUEL, 2019, p. 156) contribuindo para a efetivação do que se conhece hoje como ensino bilíngue, primordial desde os anos iniciais até todas as demais etapas de ensino. Vale ressaltar que, quando se tem uma educação bilíngue, a escola deverá ser organizada e adaptada totalmente em função da

efetivação desse modelo de ensino. Por outro lado, em uma escola inclusiva, não necessariamente há essa adaptação, uma vez que, o papel do intérprete é primordial e acaba se tornando o responsável principal no intermédio das comunicações.

Essa proposta de ensino bilíngue é defendida pela nova LDB (BRASIL, 2021) por meio da lei nº 14.191 que prevê em seu artigo 60 que a educação bilíngue trata-se da

[...] educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 2021)

Por esse ângulo, o modelo bilíngue permite inserir o surdo na sala de aula regular oferecendo todos os benefícios necessários para um ensino inclusivo, possibilitando-os desenvolver sua primeira língua com a finalidade garantir a formação cidadã para a efetivação de seus direitos linguísticos, identitários, culturais e educacionais. É indispensável que seja oferecida ao surdo uma base linguística e modelos que ofereçam a aquisição de sua língua materna, bem como a compreensão do português escrito. Com a ausência dessa base, a aprendizagem e a construção do conhecimento ficam comprometida.

Para a concretização desse ensino bilíngue, grande conquista para a comunidade surda, a presença do intérprete ou de professores com conhecimento em Libras é fundamental. O tradutor intérprete é o responsável por promover a interlocução e inserir o surdo em contextos escolares e sociais, facilitando a comunicação do surdo com outros surdos ou também ouvintes. De acordo com Santos e Miguel (2019), a integração desses profissionais nas escolas ainda ocorre de maneira limitada ou insuficiente.

Nesse viés, Skliar (1999) acrescenta que mesmo quando ocorre capacitação docente, tudo ainda é muito pautado dentro de uma visão ouvintista. Dessa forma, é necessário investir em qualificação e ensino voltado para o entendimento dos princípios da cultura surda, não somente na formação de tradutores intérpretes, mas também os demais profissionais dos ambientes educacionais, para que juntos possam de fato fazer a diferença e promover a inclusão.

2.4 Práticas pedagógicas docentes para surdos

Vimos anteriormente que o aluno surdo passa por grandes dificuldades quanto sua inserção no ambiente escolar. Em meio a tudo isso, o professor que trabalha com alunos surdos

também encontra desafios, necessitando se reinventar e buscar metodologias que, de alguma maneira, inclua a comunidade surda em sala de aula. Em uma pesquisa sobre a percepção de professores de educação infantil a respeito da inclusão da criança com deficiência, De Vitta, Vitta e Monteiro (2010) citam alguns fatores que dificultam a prática docente, como disposição de material didático, a falta de conhecimento sobre a surdez, adaptações nos currículos das escolas, estrutura do ambiente e auxílio pedagógico especializado.

Em uma outra pesquisa acerca do tema, realizada por Vitorino e Souza (2020), com professores de sala de aula comum e de atendimento especializado, vemos outra questão que é o corpo docente com fluência pouca/regular em Libras. Dessa maneira, ao observar a sala de aula comum onde acontece a educação bilíngue, os autores perceberam que a prática pedagógica se dá por meio da oralidade, utilizando-se de um modelo antigo de ensino para surdos.

Além disso, foi observado que alguns elementos visuais como gestos, mímicas e sinais foram usados, no entanto, sem a contextualização dos conteúdos. Logo, os pesquisadores notaram também que a maioria das práticas pedagógicas e até mesmo a forma que as salas de aula foram organizadas remetem a um modelo de educação planejado apenas para ouvintes.

Outro ponto importante é o docente conhecer o seu aluno surdo, seu grau de surdez e suas particularidades para que planeje suas aulas conforme suas características. Em linhas gerais, o ensino inclusivo é um desafio e, frequentemente, “[...] os professores também são vítimas por não saberem quais práticas podem ser utilizadas para atender às demandas de alunos ouvintes e surdos numa mesma sala” (VITORINO; SOUZA, 2020, p. 65). Ademais, muitas vezes os docentes não possuem uma formação específica, são pegos de surpresa para ensinar os alunos surdos, e conseguir administrar uma grande quantidade de alunos em uma única sala, cada qual com suas particularidades.

No tocante às experiências pedagógicas apresentadas pelo docente do Atendimento Educacional Especializado, foi constatado que antes de tudo, é feito o contato com a família do aluno para que se conheça sua história, identidade e status linguístico, cultural e social. O atendimento ocorre em uma sala multifuncional, o que é um fator relevante. Entretanto, os alunos precisam sair da sala de aula normal para irem para o atendimento especializado que ocorre duas vezes na semana.

Nesse sentido, notamos algumas diferenças entre o professor da sala de aula regular em relação ao professor do AEE. Enquanto o professor do ensino regular trabalha todos os dias com alunos que apresentam ou não deficiência em uma sala de aula comum, o docente do AEE

trabalha com necessidades específicas, em horários específicos e em sala de aulas adaptadas e especializadas que visam atender necessidades de um determinado público.

Já em relação à condução das aulas, os autores sugerem que o professor não considere a Libras como um Português sinalizado. Ademais, “a avaliação do surdo deve ser conduzida de forma sistemática, à medida que se observa o desempenho individual do aluno” (VITTORINO; SOUZA, 2020, p. 79). Para que isso ocorra é necessário recursos visuais de boa qualidade, pois são essenciais na transmissão dos conteúdos abordados em sala de aula.

Desse modo, conclui-se que o trabalho do professor se trata de uma tarefa árdua, pois o contexto em geral não possui as ferramentas necessárias, não está preparado e fica (quase) sempre na responsabilidade do docente fazer esse ensino acontecer, muitas vezes, sem sucesso. Com isso, faz-se necessário formação continuada, apoio pedagógico e melhorias em toda a estrutura escolar para atender a comunidade surda.

3 METODOLOGIA

3.1 Universo e sujeitos da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no contexto da educação infantil em um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI na zona urbana da cidade de Caraúbas – RN. A instituição da rede pública, que funciona do turno matutino ao vespertino, conta com a presença de uma tradutora-intérprete de Libras para auxiliar uma aluna surda matriculada. Seguindo as medidas do decreto 5.626, a cidade de Caraúbas passou a ofertar a Língua de Sinais nas escolas onde há sujeitos surdos por meio do profissional intérprete¹. O estudo teve como participantes duas professoras do ensino infantil que já trabalharam com alunos surdos e a diretora da escola.

3.2 Tipo de pesquisa, coleta de dados e procedimentos metodológicos

Com a finalidade de analisar como ocorre a acessibilidade e inclusão de alunos surdos na educação infantil em um CMEI de Caraúbas – RN, a presente pesquisa foi executada através da realização de dois questionários, sendo um para a diretora e outro para as professoras e, trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa dado que, neste tipo de análise “[...] a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDENGERB, 2004, p. 14).

Nessa perspectiva, os resultados obtidos ao término da investigação não foram quantificados, mas descritos e interpretados a fim de entender o processo de inclusão, a perspectiva dos professores e as estratégias de ensino empregadas por eles. Além disso, encaixa-se em uma pesquisa do tipo exploratória, que, segundo Gil (2002) tem como propósito oportunizar uma maior familiaridade com o problema pesquisado, a fim de deixá-lo mais visível. Grande parte desse tipo de pesquisa envolve “entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado” (GIL, 2002, p. 41), como é o caso dos participantes que contribuíram aqui.

O processo de coleta de dados teve que ser reorganizado em decorrência da pandemia da COVID 19. Logo, visando contribuir com as medidas de segurança e enfrentamento à doença, não foi possível ir presencialmente às dependências da escola. Dessa maneira, os

¹ Informações disponíveis em: < <https://www.icemcaraubas.com.br/2016/12/a-lei-de-libras-agora-e-obrigatoria-no.html>> Acesso em: 17/11/2021

questionários foram enviados via *e-mail* em formato *Word* em que os participantes puderam editar, colocaram suas respectivas respostas e reenviaram para a autora da pesquisa. Após isso, com base nas respostas dos participantes, realizamos uma análise com vistas a entender como ocorre o processo de inclusão e acessibilidade, enfatizando o ambiente, recursos, materiais didáticos e estratégias de ensino.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Mostrado os pressupostos teóricos e metodológicos da presente pesquisa, apresentaremos, adiante, os questionários realizados com a gestão e professores da escola. Além disso, aqui discutiremos os resultados a fim de compreender como ocorre o processo de inclusão de alunos surdos na educação infantil (EI) na instituição de ensino investigada, para isso, dividiremos em duas subseções: 1 – As compreensões da gestão da escola sobre o processo de acessibilidade e inclusão de alunos surdos na EI; e 2 – Perspectivas dos professores da EI acerca da acessibilidade e inclusão de alunos surdos.

4.1 As compreensões da gestão da escola sobre o processo de acessibilidade e inclusão de alunos surdos na EI

Como já mencionado, realizamos o estudo em uma escola pública localizada na cidade de Caraúbas/RN. Sendo a língua de sinais já garantida em lei, propomo-nos a investigar como esse processo ocorre na educação infantil. Iniciaremos a análise pelo questionário com as perguntas e respostas feitas com a gestão da instituição. Previamente, traremos alguns informes sobre a gestão da escola, apenas para situá-la na pesquisa. Utilizaremos um nome fictício com vistas a proteger a identidade da participante.

A escola possui à frente de sua gestão, a Professora Maria. Ela é graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos (FIP), Literatura e Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e Educação Interdisciplinar pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Durante os anos que está na direção da escola, Maria teve a experiência de trabalhar com uma criança surda, processo que trataremos de compreender agora com base no questionário feito a ela.

Nesse sentido, daremos início a apresentação do questionário com nossa primeira pergunta que foi relacionada à quantidade de alunos surdos matriculados na escola. A diretora respondeu que “o trabalho foi iniciado no ano de 2019 com a presença de uma criança surda”. Dessa maneira, notamos que o número de pessoas surdas frequentando a escola ainda é pequeno. Isso pode estar relacionado ao fato de poucas oportunidades, bem como, a presença de ambientes com profissionais e recursos necessários para recebê-los.

Além disso, encontra-se alinhado às reflexões de Carneiro (2012) e Mota *et al.* (2019), ao considerarem a inclusão de alunos surdos como um movimento recente. Ao ser perguntada

sobre a perspectiva da escola sobre a inclusão dos alunos surdos, a gestora explicou que “buscam desenvolver um trabalho com observações diárias, objetivando compreender e conhecer as crianças e suas necessidades”.

Nesse sentido, notamos uma preocupação da direção buscando desenvolver trabalhos de acordo com a necessidade do aluno, podendo ser considerado um aspecto relevante pois conhecer o aluno e suas peculiaridades como seu grau de surdez, por exemplo, facilita o processo de ensino-aprendizagem.

Nosso terceiro questionamento foi a respeito das estratégias que a escola utiliza para facilitar a acessibilidade e inclusão de alunos surdos. A gestão nos informou que “ser expressivo, deixar o aluno sempre de frente quando falar, deixar a criança sempre perto” são as principais formas utilizadas por eles. Assim sendo, a gestão não informou acerca de estratégias de ensino ou utilizadas e/ou materiais didáticos. Apenas foi mostrado como é feito para chamar a atenção do aluno surdo.

Muitas vezes, a acessibilidade e a inclusão ficam limitadas a poucas ações pelo fato de muitas lacunas ainda existirem na educação como: disposição de material didático; pouco conhecimento sobre a surdez; adaptações nos currículos das escolas; estrutura do ambiente e auxílio pedagógico especializado (DE VITTA; VITTA; MONTEIRO, 2010). A diretora também não informou se é feito o uso da Língua de Sinais ou se essas estratégias empregadas por eles são utilizadas para que a criança surda compreenda gestos sem significados e correspondências na Libras.

Dando continuidade à apresentação do questionário, ao ser perguntada se o município oferece algum tipo de suporte à escola e aos profissionais (professores, coordenação e demais funcionários) – por se tratar de uma escola pública da rede – que favoreça a acessibilidade e inclusão de alunos surdos, a diretora respondeu que “existe a presença de uma tradutora/intérprete de Libras”. Logo, já podemos notar que a instituição dispõe desse profissional, uma figura extremamente importante quando se trata de inclusão dos alunos surdos.

Apesar disso, quando questionamos acerca da atuação do tradutor/intérprete de Libras e como a Libras é trabalhada, a gestão informou que acontece “em momentos coletivos, com todas as turmas, numa breve apresentação da intérprete sobre o que estamos trabalhando”. Sendo assim, o tradutor/intérprete de Libras é apenas um eixo norteador auxiliando em momentos pontuais.

Não há, de fato, a transposição de uma língua para outra em todas as atividades didático-pedagógicas. A Libras não é oferecida como primeira língua para a criança surda, fazendo com

que o contato com sua língua materna não seja suficiente e, dessa forma, podemos compreender que não ocorre um ensino verdadeiramente bilíngue.

Inclusive, vale salientar, que por se tratar ainda da fase da educação infantil, ainda muitos aspectos devem passar por um olhar pedagógico, no sentido de dar suporte aos alunos surdos nesta fase, que ainda estão em fase de aquisição de línguas, mesmo ainda não tendo a fluência na Libras, o papel de uma pessoa que trabalha com a Libras de certa forma é fundamental para esta aquisição.

Por último, questionamos a direção da escola se professores possuem algum tipo de curso ou conhecimento para trabalhar com esses alunos surdos. Fomos informados que os “colaboradores sempre buscam novos cursos, aprimorar os conhecimentos, alguns tem curso básico para trabalhar com crianças surdas”. Dito isso, podemos notar que apenas alguns dos profissionais da instituição possuem o curso básico. A direção não detalhou as características dos cursos realizados pelos funcionários da escola, mas informou que se tratam de cursos básicos, o que nos leva a inferir que há uma certa deficiência no tocante ao conhecimento sobre a Língua de Sinais.

Nessa lógica, essa carência formativa em relação a Libras por parte dos profissionais da educação talvez possa ser justificada pela falta de oportunidade e oferta de cursos de ensino e aperfeiçoamento sobre a Língua de Sinais que auxiliem os docentes em sua prática pedagógica e na relação com alunos surdos. Sendo assim, os profissionais da educação tentam, da melhor forma que conseguem, inserir as crianças surdas nos espaços escolares.

A falta de profissionalização no tocante à Libras faz com que a comunidade surda, de modo geral, enfrente grandes desafios para conviver em sociedade, pois não são oferecidas aos alunos surdos estratégias que auxiliem no processo da aquisição de sua linguagem, e, portanto, em seu desenvolvimento cognitivo, social e intelectual.

4.2 Perspectivas das professoras da EI acerca da acessibilidade e inclusão de alunos surdos

Agora, iniciaremos a discussão com base nas respostas dadas pelos professores da escola acerca do processo de inclusão e acessibilidade de alunos surdos na rede infantil de ensino. Entrevistamos duas professoras e, com vistas a preservar a identidade das participantes, denominaremos ficticiamente elas como Alice e Luísa. Antes de mostrarmos as perspectivas das docentes através de seus relatos, faremos uma breve contextualização a respeito de cada uma das participantes da pesquisa.

Alice é professora da educação infantil em uma escola localizada na cidade de Caraúbas, no interior do estado do Rio Grande do Norte. É graduada em Pedagogia e atua há nove anos nessa área. A docente possui curso básico de Libras e já trabalhou com uma aluna surda em sala de aula.

Já Luísa é professora da educação infantil na mesma escola que Alice trabalha e fica localizada na cidade de Caraúbas, no interior do estado do Rio Grande do Norte. A docente é graduada em Pedagogia e atua há seis anos na área. Luísa também possui curso básico de Libras pela UFRSA Caraúbas e já trabalhou com uma aluna surda em sala de aula.

Isto posto, nosso primeiro questionamento objetivou saber das professoras a respeito da profissão, formação e há quanto tempo atuam na área. Alice respondeu que é Pedagoga e atua há cerca de 9 anos. Já Luísa é também licenciada em Pedagogia e trabalha há 6 anos nessa profissão. Sendo assim, podemos perceber que ambas já possuem um tempo considerável em sala de aula e isso faz com que já tenham vivenciado grandes momentos e enfrentado alguns dos desafios da docência.

Apesar disso, após ter conhecimento no tocante à profissão das duas, perguntamos em nosso questionário se durante esses anos, elas já tiveram alunos surdos em sala de aula e quais foram as experiências ao trabalhar com esses alunos. Fomos informados por Alice que sim, ela já trabalhou com alunos surdos e que “foi uma experiência desafiadora, mas, ao mesmo tempo, foi enriquecedor e motivador trabalhar com uma criança surda”.

Já a Luísa respondeu também que sim e afirmou ter passado por “uma experiência diferente das já vivenciadas em sala de aula.” Para ela, “receber uma aluna surda, sem ter uma preparação adequada. Foi muito desafiador.” Além disso, a docente teve que “buscar meios que ajudassem no processo de ensino e aprendizagem da aluna”, meios esses que foram, segundo ela, enriquecedores para ela enquanto docente.

Nesse sentido, notamos, que as docentes não possuem formação específica para trabalhar a Língua de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos. Sendo assim, percebemos na fala das duas professoras que o processo de inclusão de alunos surdos é desafiador. Grande parte dessas dificuldades podem ser justificadas pela falta de formação e conhecimento da Libras, fazendo com que o professor fique, por muitas vezes, sem saber como agir para realizar as atividades e colaborar com o ensino-aprendizagem da criança surda.

Apesar de tudo, elas caracterizam essas experiências vivenciadas como algo enriquecedor. Isso mostra que, mesmo com as dificuldades, a classe docente encontra-se sempre disposta a aprender, aperfeiçoar e buscar especialização em outras áreas, como é o caso da

Língua de Sinais, para que o sujeito surdo e sua língua oficial venham a ser incluídos, de fato, na sociedade.

Dando continuidade em nosso questionário, perguntamos as professoras o que elas consideraram/consideram mais difícil de trabalhar com alunos surdos. A professora Alice informou que é necessário estar preparado “para atender as especificidades das nossas crianças, seja surdez, autismo ou qualquer outra característica. É inegável que uma rede de apoio (como as intérpretes de libras) são fundamentais para que o processo seja trilhado com sucesso”. Enquanto isso, a professora Luísa afirmou que “não é só trabalhar com alunos surdo[s] que seja difícil.” Além disso, muitas outras crianças com habilidades diferentes estão presentes em sala de aula.

O que acontece, segundo a professora, é que “infelizmente uma graduação não nos prepara para uma sala de aula, muitas vezes diversificada”. Sendo assim, o profissional da educação é constantemente desafiado para atender e dar suporte à sala de aula como um todo, incluindo, independente da especificidade. Luísa finalizou sua resposta frisando a importância do tradutor/intérprete de Libras, que auxiliam na mediação da aprendizagem da criança surda e também do próprio docente e dos colegas de sala.

Logo, notamos que as professoras possuem um pensamento semelhante em relação às dificuldades. Para ambas, o docente deve estar sempre atento aos alunos, independentemente da singularidade de cada um. Além disso, mais uma vez é falada da falta de preparação ofertada aos docentes em sua formação e as duas fazem questão de comentar a importância da figura do tradutor/intérprete de Libras em sala de aula.

Dito isso, retomamos nossa discussão sobre a relevância do tradutor/intérprete, pois é o profissional capaz de compreender e utilizar a língua de sinais para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Na educação infantil, o intérprete, além de auxiliar o professor em sala de aula, proporcionará a interação comunicativa, tanto social como cultural através da língua de sinais nas tarefas, contribuindo para a inclusão da criança surda em meio as atividades e discussões.

Baseado nisso, constatamos o quão importante é buscar investimento em qualificação e políticas voltadas para a compreensão da cultura e identidade surda. Isso envolve não somente a questão de tradutores/intérpretes, mas também demais profissionais, sejam ou não da educação. E por tratarmos especificamente da EI, preocupa-nos a ausência de professores de Libras, sejam surdos ou ouvintes bilíngues que possam dar suporte a estas crianças em fase de aquisição de linguagem e que necessidade de modelos linguísticos, que em muitos casos, apenas existe na escola.

Na quarta pergunta do nosso questionário, procuramos saber das professoras quais são as estratégias e metodologias de ensino que elas utilizam para incluir o sujeito surdo nas atividades em sala de aula. Em relação a isso, professora Alice falou que geralmente buscavam introduzir o convívio e participação da criança em todos os momentos. Tentavam realizar atividades que a criança interagisse e fosse incluída. Essas atividades eram sempre ilustradas para facilitar a compreensão. Outros recursos como as músicas, por exemplo, eram cantados e traduzidos para Libras. Ademais, a maioria dos projetos e, eventos as participações da turma eram algo ligado à Língua de Sinais.

Ao responder esse mesmo questionamento, a Luísa esclareceu que a escola sempre pensou em formas que fossem capazes de incluir a aluna surda em todos os momentos da aula. As paredes da sala contavam com o alfabeto e os números ilustrados com os sinais de Libras. As músicas cantadas diariamente na aula também eram em Libras, pois as professoras aprenderam com a intérprete. A docente concluiu sua fala enfatizando a importância do uso da Língua de Sinais em sala de aula, aspecto que foi relevante tanto para as crianças como para o corpo docente.

Nesse sentido, notamos nas declarações feitas pelas professoras que se buscava fazer com que a inclusão acontecesse com os recursos disponíveis. No entanto, o que se percebe é a ausência da Língua de Sinais de forma direta e constante em sala de aula, pois notamos que é utilizada em momentos pontuais, como ilustrações e traduções de músicas. Apesar disso, não se fala na Libras sendo utilizada como a primeira língua da criança surda para a alfabetização, comunicação e socialização. Elas também não pontuaram como acontece o momento da explicação de conteúdos e o que é feito para incluir o surdo nessa perspectiva.

Procuramos saber das professoras em nosso quinto questionamento sobre os materiais didáticos que são utilizados no ensino para o surdo. Nesse viés, tanto a professora Alice quanto a professora Luísa informaram que não existem materiais específicos à disposição. O que acontece é uma adaptação dos materiais disponíveis de maneira geral. Logo, recursos como vídeos e jogos são pensados de maneira que possa incluir a criança surda nas atividades. Dessa forma, ao pensar em realizar determinada tarefa em sala de aula, era preciso verificar se essa atividade poderia ser realizada também com alunos surdos.

Com base nisso, o que se pode ver é que não existe um material didático pensado para incluir o surdo na realidade de nossa pesquisa. Na verdade, são realizadas estratégias de ensino que possam favorecer a inclusão baseada naquilo que já se tem. Também não abordaram a questão dos parâmetros e conteúdos específicos para a Língua de Sinais.

Dessa maneira, o que podemos inferir é que as professoras utilizam-se de recursos visuais, aspecto relevante no ensino para surdos para as atividades na sala de aula. Ainda mais, as docentes buscam ressignificar suas práticas com base naquilo que elas entendem por surdez, reinventam-se e transformam materiais didáticos em materiais inclusivos para atender aos dois públicos e trabalhar com duas línguas ao mesmo tempo.

Segundo Domingos (2014), oferecer ao surdo os meios necessários para o desenvolvimento da linguagem conforme as possibilidades de sua condição é tão importante quanto a própria linguagem. Sem esses meios, o desenvolvimento da linguagem fica comprometido e a criança surda sairá prejudicada, uma vez que, é através da sua língua materna que possibilidades cognitivas são ampliadas e a criança surda terá mais chances de compreender, significar e ressignificar a realidade ao seu redor.

Outra questão importante de ser discutida para a educação infantil é no que se refere à Língua Portuguesa já que é a segunda língua do surdo e a modalidade escrita que deverá ser ensinada à criança surda. Desse modo, é necessário compreender sua primeira língua para utilizá-la como parâmetro para aprender a outra. Isso geralmente ocorre com aprendizes de segunda língua e, no caso dos surdos, não é diferente.

Dando continuidade ao questionário, perguntamos as professoras se elas têm algum tipo de suporte/apoio da gestão da escola para trabalharem com alunos surdos. Professora Alice respondeu que “a escola esteve sempre aberta a auxiliar a criança e a presença da intérprete de libras foi realmente fundamental”. Do mesmo modo, a professora Luísa ressaltou que a escola sempre deu apoio nas atividades desenvolvidas, bem como enfatizou a importância do intérprete.

Sendo assim, percebemos que as docentes sempre fazem questão de ressaltar a importância da figura da tradutora/intérprete de Libras e sua contribuição significativa em meio ao processo de ensino-aprendizagem da aluna surda. Pela fala delas, também é compreensível que a escola/gestão está sempre disposta a contribuir com as necessidades educativas baseadas em suas possibilidades para a inclusão dos alunos surdos.

Em nosso penúltimo questionamento, buscamos saber das professoras sobre como era/é sua relação de comunicação com o aluno surdo durante as aulas. Com base nisso, a professora Alice disse que fluía bem, visto que ela já tinha um pouco de conhecimento da Língua de Sinais e alguns cursos. Apesar disso, ela destacou que só isso não era o suficiente, porém contribuiu e com o passar do tempo a comunicação foi melhorando. Por fim, a docente pontuou que a mediação da tradutora/intérprete de Libras fez toda a diferença. Respondendo a esse mesmo questionamento, Luísa fez as mesmas afirmações.

A partir disso, como estamos falando ao longo dessa pesquisa, notamos que a necessidade de cursos de formação e aperfeiçoamento para os docentes em relação à Libras é uma realidade, pois apenas o básico não é suficiente. Apesar de auxiliar na comunicação, acreditamos que somente cursos básicos não são o bastante para contribuir de forma satisfatória para que o aluno surdo se desenvolva linguisticamente e culturalmente.

Para suprir essas lacunas, a figura do tradutor/intérprete é sempre muito importante. Contudo, faz-se necessário professores bilíngues que possam proporcionar um ambiente linguisticamente favorável para a aquisição da língua de sinais e da Língua Portuguesa, pois em meio a um ambiente onde a Libras é considerada algo novo, ele é o profissional capacitado para que a comunicação aconteça.

Por fim, perguntamos as professoras da escola se a família do aluno surdo tinha/tem interesse em participar no processo de ensino aprendizagem do aluno. Tanto a professora Alice quanto a professora Luísa falaram que a família da aluna surda é presente na escola e se mostra preocupada quando ao seu desempenho. À vista disso, cabe aqui refletirmos que a sociedade em geral desempenha um papel fundamental para garantir que as crianças se desenvolvam socialmente, cognitivamente e linguisticamente.

A família é o primeiro ambiente e as primeiras pessoas com quem a criança surda tem contato. Por isso, exerce uma função primordial no processo de aquisição de sua linguagem. Por conseguinte, o apoio, a base e aspectos como boas relações e afeto são necessários. A maneira de se comunicar em casa, já é uma base para o desenvolvimento linguístico da criança surda e, por isso, é muito importante que os pais também busquem ter contato e aprender a língua de sinais para se comunicar com os filhos e auxiliar em busca do seu desenvolvimento.

Finalizada a apresentação o questionário com as professoras e suas respectivas respostas, podemos concluir que em meio a todas os desafios, a escola, bem como sua equipe (direção e professores), procuram desenvolver um trabalho que inclua a criança surda com base nos recursos que possuem, assim como as informações e perspectivas de conceber a Língua de Sinais e seus princípios.

Como foi apresentado, as professoras possuem curso básico de Libras, o que auxilia, mas não é suficiente para que uma criança surda tenha um desenvolvimento completo de sua língua mãe. Dessa maneira, vemos o quanto é importante que políticas públicas sejam urgentemente criadas para que haja mais informação e cursos de formação para tornar profissionais capacitados em trabalhar com crianças surdas, diminuir as deficiências metodológicas no tocante ao ensino de Libras e garantir a elas todos os direitos que as outras crianças ouvintes possuem no ambiente educacional.

Mais um ponto que merece destaque é o fato de a instituição dispor da figura importante do tradutor/intérprete de Libras, o que talvez não seja uma realidade em grande parte das escolas do Brasil. Ele é o profissional que faz uma ponte de comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras. Apesar disso, não identificamos nas falas da diretora e das professoras que a escola possui um programa de educação bilíngue. O que podemos inferir, com base nas falas das participantes, é que a tradutora/intérprete de Libras age em situações pontuais, em eventos da escola e em momentos específicos durante a aula. Nesse sentido, o tradutor/intérprete de Libras não faz a tradução de tudo o que é feito na aula para a língua de sinais, também não se envolve nas atividades e estratégias de ensino para com a criança surda.

Dito isso, ressaltamos que a inclusão é um processo que só ocorre se houver a colaboração e o empenho de todos. Sendo assim, torna-se complicado incluir uma criança surda em uma sala de aula regular do ensino infantil amparado apenas pela presença do tradutor/intérprete para que a inclusão aconteça, principalmente quando a criança ainda está em fase de aquisição de linguagem. Logo, toda a equipe das instituições de ensino deve estar envolvida nesse processo a fim de garantir um espaço favorável e acessível onde o surdo seja incluído e não apenas integrado. Só assim, ele terá um ambiente que o proporcione o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades.

Nessa perspectiva, é preciso que se reconheça a Língua de Sinais como a língua própria dos surdos e é aqui que entra a necessidade da implementação de um modelo de educação bilíngue. Nesse modelo, a Libras será trabalhada de forma permanente, juntamente com a Língua Portuguesa na modalidade escrita conforme orientações disponibilizadas pela a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 (BRASIL, 2015).

É pensando nesse sistema que o surdo terá a oportunidade de adquirir as mesmas habilidades linguísticas do aluno ouvinte e construirá conhecimentos e sua própria identidade cultural e social. Para que tudo isso aconteça, é preciso que a sociedade se engaje, busque melhorias e transformação para que esse ensino pautado apenas na oralidade abra espaço para práticas mais acessíveis e inclusivas para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a acessibilidade e inclusão de alunos surdos na educação infantil em uma creche da cidade de Caraúbas, no estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista o processo de inclusão, a perspectiva dos professores e as estratégias de ensino empregadas. A pesquisa foi realizada através da aplicação de questionários com a direção e professoras da escola de educação infantil que já haviam tido a presença de alunos surdos, nesta realidade do interior do estado do Rio Grande Norte.

Em vista disso, os resultados apontaram, a partir de análises feitas as respostas do questionário, que a escola, onde tem uma aluna surda, de modo geral, não apresenta uma inclusão significativa, apesar de serem utilizadas estratégias que corroborem com essa proposta. Nesse sentido, o que se tem, na verdade, são tentativas de incluir uma criança surda em uma sala de aula regular através do auxílio de uma tradutora/intérprete de Libras e de cursos básicos de Libras.

Todavia, acreditamos que não se deve culpar a instituição ou as professoras, até por que temos que analisar todo o contexto e situação apresenta, pois é feito o que está ao alcance, conforme foi ressaltado pelas participantes. O que envolve a falta da acessibilidade e inclusão nos espaços educacionais é algo bem mais além. Faltam políticas públicas, faltam profissionais capacitados, falta estrutura para implementação de um ensino bilíngue de qualidade e falta, sobretudo, ensinar as pessoas o que é a Libras e sua importância para toda a comunidade surda, o que é inclusão para que todos se coloquem no lugar do outro e compreenda suas dificuldades para assim fazer a implementação de uma escola inclusiva e acessível para todas as crianças.

O ensino infantil é um dos períodos iniciais em que a criança surda tem contato com a sua língua materna. Sendo assim, nada mais justo que esse tempo seja o mais rico possível para que ela possa socializar e aprender através da língua de sinais. Para tanto, a presença de professores bilíngues que sejam capazes de propiciar um espaço favorável para a aquisição da Libras e da Língua Portuguesa escrita é primordial, uma vez que, ambas as línguas são encaradas como algo novo pela criança surda e para isso faz-se necessário ter alguém capacitado para colaborar nesse processo.

Portanto, considerando os resultados aqui obtidos, acreditamos que pesquisas como essas podem servir como base para que a inclusão e a acessibilidade venham a ser pensadas com mais responsabilidade e de forma frequente, para que os ambientes, sobretudo escolares, sejam, de fato, para todos. Além disso, estudos como esse, podem ser aprofundados, aplicados em outros contextos, afim de compreender os sujeitos e suas singularidades. Também, ainda

podem servir como um ponto de partida para dar continuidade aos estudos sobre a necessidade da inclusão e acessibilidade da língua de sinais no ensino infantil, buscando melhorar as estratégias e metodologias que corroboram com o saber-fazer docente.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais–Libras**. Brasília, Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002.

_____. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 2010. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm)> Acesso em: 18/08/2021

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, Lei nº. 9393, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749> Acesso em: 18/08/2021

_____. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, Bahia, v.8, p. 81-95, 2012.

DE VITTA, F. C. F.; VITTA, A.; MONTEIRO, A. S. R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista brasileira de educação especial**. v. 16, p. 415-428, 2010.

DOMINGOS, M. C. S. A inclusão do aluno surdo da educação infantil no ensino regular. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, Edição nº 14. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian: **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8º ed.- Rio de Janeiro: Record, 2004.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos**: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

MARTINS, V. R. O.; ALBRES, N. A.; SOUSA, W. P. A.. Contribuições da Educação Infantil e do brincar na aquisição de linguagem por crianças surdas. **Pró-Posições (UNICAMP. Online)**, v. 26, p. 103-124, 2015.

MOTA, E. B.; CONCEIÇÃO, M. M. G.; LIMA, J. W. B.; PINHEIRO, M. O.. A libras como instrumento de inclusão escolar do aluno surdo. In: PINHEIRO, M. O.; LIMA, J. W. B.; SILVA, A. M. (orgs.). **Surdez e inclusão educacional**: diálogos acadêmicos acerca da educação de surdos. Porto Alegre: Fi, 2019. p. 69-87.

SANTOS, M. R. O.; MIGUEL, J. R. A importância do Tradutor e Intérprete de Libras: desafios e inovações. **Id On Line**: Revista Multidisciplinar e de tecnologia, [s. l], v. 13, n. 46, p. 150-171, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/1881/2854>. Acesso em: 17 ago. 2021

SKLIAR, C. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8ªed. Porto Alegre. Mediação. 2016.

VITORINO, A. F.; SOUZA, R. C. S. **Educação bilíngue**: O desdobramento das práticas pedagógicas com alunos surdos. 1. ed. Aracaju: Criação, 2020. v. 1. 139p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA A DIREÇÃO DA ESCOLA

- 1- A escola possui alunos surdos? Quantos?
- 2- Qual a perspectiva da escola sobre a inclusão dos alunos surdos?
- 3- Quais as estratégias que a escola utiliza para facilitar a acessibilidade e inclusão de alunos surdos?
- 4- O município oferece algum tipo de suporte a escola e aos profissionais (professores, a coordenação) que favoreça a acessibilidade e inclusão de alunos surdos?
- 5- Como é trabalhado o ensino de libras na escola?
- 6- Os professores da escola possuem algum tipo de capacitação para trabalhar com esses alunos surdos?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA AS PROFESSORAS DA ESCOLA

- 1- Em relação à sua profissão, qual a formação e quantos anos atua na área?
- 2- Durante esses anos você já teve alunos surdos em sala de aula? Quais foram as experiências ao trabalhar com esses alunos?
- 3- O que você considerou/considera mais difícil de trabalhar com alunos surdos?
- 4- Quais são as estratégias e metodologias de ensino que utiliza para incluir o sujeito surdo nas atividades em sala de aula?
- 5- Quais materiais didáticos são utilizados no ensino para o surdo?
- 6- Você tem suporte ou algum apoio da gestão da escola para trabalhar com alunos surdos?
- 7- Como era/é sua relação de comunicação com o aluno surdo durante as aulas?
- 8- A família do aluno surdo tinha/tem interesse em participar no processo de ensino aprendizagem do aluno?

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a),

Este é um convite para você participar da pesquisa intitulada: **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVA DOCENTE NO FAZER PEDAGÓGICO**. Esta é coordenada pelo graduando em Letras Libras, Maria Elaine Sales e orientada pelo professor Ms. Francisco Ebson Gomes Sousa. A sua participação é voluntária, o que significa que poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Essa pesquisa tem como objetivo geral: **Analisar a acessibilidade e inclusão de alunos surdos na educação infantil em um CMEI de Caraúbas - RN, levando em consideração o processo de inclusão, a perspectiva dos professores e as estratégias de ensino empregadas**. O(a) prezado(a) diretor(a) e professor(a) será submetido a um questionário metodológico de ensino. O questionário não terá nenhum caráter invasivo, ou que atente à sua moral. Todas as informações obtidas serão sigilosas e você não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Você ficará com uma via deste Termo e toda dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Maria Elaine Sales, no endereço: Sítio Pedrês Caraúbas/RN, ou pelo telefone (84) 9 9406-2019, ou, ao Professor Me. Francisco Ebson Gomes Sousa, pelo telefone (84) 9 9972 4185.

Consentimento Livre e Esclarecido:

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVA DOCENTE NO FAZER PEDAGÓGICO**.

Nome:

Participante da pesquisa ou responsável

ANEXO B – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA DIRETORA

Gestão da escola (diretor@)

1- A escola possui alunos surdos? Quantos?

Iniciamos nossas atividades no ano de 2019, nesse período tinha uma criança surda.

2- Qual a perspectiva da escola sobre a inclusão dos alunos surdos?

Buscamos desenvolver um trabalho com observações diárias, com o propósito de entender e conhecer nossas crianças e suas necessidades.

3- Quais as estratégias que a escola utiliza para facilitar a acessibilidade e inclusão de alunos surdos?

Ser expressivo, deixar o aluno sempre de frente quando falar, deixar a criança sempre perto, entre outras estratégias.

4- O município oferece algum tipo de suporte a escola e aos profissionais (professores, a coordenação) que favoreça a acessibilidade e inclusão de alunos surdos?

Uma intérprete.

5- Como é trabalhado o ensino de libras na escola?

Em momentos coletivos, com todas as turmas, numa breve apresentação da intérprete sobre o que estamos trabalhando.

6- Os professores da escola possuem algum tipo de curso ou conhecimento para trabalhar com esses alunos surdos?

Nossos colaboradores sempre buscam novos cursos, aprimorar os conhecimentos, alguns tem curso básico para trabalhar com crianças surdas.

ANEXO C – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA PROFESSORA 1 (ALICE)

Professores

1- Em relação à sua profissão, qual a formação e quantos anos atua na área?

Pedagoga. Atuo a cerca de 9 anos nessa área.

2- Durante esses anos você já teve alunos surdos em sala de aula? Quais foram as experiências ao trabalhar com esses alunos?

Sim. Foi uma experiência desafiadora, pois sempre temos receio do novo. Mas, ao mesmo tempo foi enriquecedor e motivador trabalhar com uma criança surda.

3- O que você considerou/considera mais difícil de trabalhar com alunos surdos?

Na verdade, não, temos que nos preparar para atender as especificidades das nossas crianças, seja surdez, autismo ou qualquer outra característica. É inegável que uma rede de apoio (como as intérpretes de libras) são fundamentais para que o processo seja trilhado com sucesso.

4- Quais são as estratégias e metodologias de ensino que utiliza para incluir o sujeito surdo nas atividades em sala de aula?

Geralmente buscávamos introduzir o convívio e participação da criança em todos os momentos. Buscávamos atividades que a criança interagisse e fosse incluída. As atividades eram sempre ilustradas para facilitar a compreensão, as músicas eram cantadas e traduzidas para libras. Geralmente nos projetos, eventos as participações da turma eram algo ligado a libras. Enfim

5- Quais materiais didáticos são utilizados no ensino para o surdo?

Na verdade, não tínhamos materiais específicos. No entanto os jogos, vídeos e demais recursos eram pensados para incluir todas as crianças. Assim se pensávamos em algo para a aula já pensávamos também em se a criança seria atendida e se seria algo que de fato facilitaria sua aprendizagem.

6- Você tem suporte ou algum apoio da gestão da escola para trabalhar com alunos surdos?

A escola esteve sempre aberta a auxiliar a criança e a presença da intérprete de libras foi realmente fundamental.

7- Como era/é sua relação de comunicação com o aluno surdo durante as aulas?

Fluía bem, eu já tinha um pouco de conhecimento da Libras, já tinha alguns cursos, não era o suficiente, mas ajudou. E com o passar do tempo fomos aprimorando a comunicação. Além da ajuda e mediação da interprete que fez toda diferença.

8- A família do aluno surdo tinha/tem interesse em participar no processo de ensino aprendizagem do aluno?

Sim era uma família presente na nossa escola. Sempre preocupados. Com o desempenho da criança.

ANEXO D – QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA PROFESSORA 1 (LUÍSA)

Professores

1- Em relação à sua profissão, qual a formação e quantos anos atua na área?

Pedagoga. Atuo a cerca de 6 anos como professora do município.

2- Durante esses anos você já teve alunos surdos em sala de aula? Quais foram as experiências ao trabalhar com esses alunos?

Sim. Foi uma experiência diferente das já vivenciada em sala de aula receber uma aluna surda, sem ter uma preparação adequada, foi muito desafiador para mim quanto professora buscar meios que ajudasse no processo de ensino e aprendizagem da aluna, que só enriqueceu quanto professora aprender para poder ensinar.

3- O que você considerou/considera mais difícil de trabalhar com alunos surdos?

Na verdade não, é só trabalhar com alunos surdo que seja difícil, recebemos tantas crianças com suas habilidades diferente, que infelizmente uma graduação não nos prepara para uma sala de aula, muitas vezes diversificada, quanto professora temos sido desafiados diariamente buscar métodos de aprendizagem que nos de suporte de atender as crianças como o todo, incluindo todos independente da sua especialidade e proporcionando uma aprendizagem satisfatória, mais aqui não posso deixar de falar da importância dos interpretes de libras ao qual tanto proporciona a aprendizado da criança quanto também nos ajuda e principalmente nos ensina também ajudando assim na nossa formação.

4- Quais são as estratégias e metodologias de ensino que utiliza para incluir o sujeito surdo nas atividades em sala de aula?

Quando recebemos a aluna não pensamos só nos demais alunos pensamos sempre em meios que inclusive a aluna em todos os momentos da sala, o alfabeto utilizado na parede ele também além de ilustrativo ele tinha o sinal de libras, como os números, as músicas cantadas na nossa rotina, eu quanto a outra professora aprendemos com a interprete cantar fazendo os sinais, isso foi muito bom para as crianças que também acabaram

adquirindo esses conhecimentos, incluíamos nossa aluna em todos os momentos realizando na escola, nossa juramento da coleção de grau foi feito pelas crianças em libras, tem uma aluna surda em sala de aula proporcionou uma aprendizagem coletiva dos professores quantos das outras crianças.

5- Quais materiais didáticos são utilizados no ensino para o surdo?

Na verdade, não tínhamos materiais específicos. No entanto os jogos, vídeos e demais recursos eram pensados para incluir todas as crianças. Assim se pensávamos em algo para a aula já pensávamos também em se a criança seria atendida e se seria algo que de fato facilitaria sua aprendizagem.

6- Você tem suporte ou algum apoio da gestão da escola para trabalhar com alunos surdos?

Sim a escola sempre nos apoia nas atividades desenvolvidas e na importância dos interpretes para nós auxiliar nesse processo de ensino e aprendizado.

7- Como era/é sua relação de comunicação com o aluno surdo durante as aulas?

Foi boa, eu já tinha um pouco de conhecimento da Libras, já tinha alguns cursos, sei que não era o suficiente, mas me auxiliou muito o curso que participei realizado por alunos da UFERSA. E com o passar do tempo fomos aprimorando a comunicação. Além da ajuda e mediação da interprete que fez toda diferença nesse processo de ensino.

8- A família do aluno surdo tinha/tem interesse em participar no processo de ensino aprendizagem do aluno?

Sim era uma família presente na nossa escola. Sempre preocupados. Com o desempenho